

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1025

O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: GÊNESE HISTÓRICA, REPRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Guilherme Costa Delgado

Brasília, junho de 2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1025

O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA: GÊNESE HISTÓRICA, REPRODUÇÃO E CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Guilherme Costa Delgado*

Brasília, junho de 2004

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

ISSN 1415-4765

JEL N3

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO **7**

2 CAIO PRADO JR. **7**

3 CELSO FURTADO **9**

4 RAIMUNDO FAORO **10**

5 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA É UM CONCEITO RELEVANTE? **11**

6 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO
AO REGIME ASSALARIADO **13**

7 A QUESTÃO SOCIAL DEPOIS DA ABOLIÇÃO **16**

8 O LONGO CICLO DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1980)
E O SETOR DE SUBSISTÊNCIA **22**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **30**

SINOPSE

Este trabalho resgata a noção sobre economia de subsistência no Brasil ao longo da história colonial e acompanha sua evolução e sua reprodução durante mais de dois séculos de história econômica até a atualidade. A dimensão social do setor de subsistência rural e o seu lugar atual na economia moderna são desafios teóricos e políticos que estão postos à interpretação, para os quais é relevante recuperar o conceito de setor de subsistência. Para o propósito da análise que aqui se desenvolve, o setor de subsistência compreende o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação à parte expressiva da população. Tais atividades e relações não estão reguladas pelo contrato monetário de trabalho, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou serviços com fins lucrativos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to recover the historical colonial notion of subsistence economy and follow up its evolution and reproduction since the end of XVIII Century until the present. The social dimension of the rural subsistence sector and its roll in the modern economy are theoretical and political challenges that imply a more depth interpretation. This task requires a conceptualization of the subsistence sector. For the analytical purpose of this paper, the subsistence sector corresponds to the sample of economic activities and work relationships that generate subsistence means and/or occupation for an expressive proportion of the population. Neither are these activities and relationships regulated by a monetary work contract nor do they focus on the production of goods or profitable services as main objectives.

1 INTRODUÇÃO

A noção a respeito de setor de subsistência na literatura da história econômica brasileira não aparece de maneira unívoca, nem sobre ela os autores preocupam-se em aplicar rigor conceitual. Na realidade, o setor de subsistência é quase sempre definido negativa ou residualmente, supostamente porque não é núcleo estruturante da economia; não possui dinâmica própria, mas depende da grande lavoura; e situa-se à margem da economia dirigida aos mercados – e esta inexoravelmente tenderia a absorvê-lo e dominá-lo.

O chamado setor de subsistência aparece, assim, como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista. Tais alegações, como se verá, são encontradas em diversas obras que tratam do assunto. Porém, a grande maioria dos pesquisadores nem sequer aborda o setor de subsistência como tema digno de análise.

Antes de tratar da gênese do setor de subsistência na economia brasileira, faz-se necessário justificar a relevância de sua abordagem. Devem ser mencionadas rapidamente as abordagens de três notáveis historiadores econômicos e sociais do Brasil – Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro – sobre tal tema. A partir desse enfoque, de seu confronto e síntese, deverá estar respondida a indagação sobre a relevância do objeto pesquisado.

A leitura histórica da economia de subsistência e dos seus distintos processos de reprodução, desde o período colonial até o longo ciclo de industrialização brasileiro no século XX, recuperam um objeto de pesquisa, que para o que aqui nos importa destacar é muito relevante à compreensão da nossa economia política contemporânea (Prado, 1979).

A seguir, serão apresentadas as abordagens para a noção de setor de subsistência dos três teóricos aqui discutidos.

2 CAIO PRADO JR.

Caio Prado Jr., em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*, desenvolveu os capítulos “Agricultura de Subsistência” e “Pecuária” do Brasil Colonial, mas antes adverte que tais setores não constituem atividades fundamentais da economia colonial, que é centrada no trinômio **grande propriedade, trabalho escravo e monocultura** voltado ao comércio exterior. Certamente a agricultura de subsistência e a pecuária não se encaixam nesse trinômio, embora já no período colonial “ocupassem” parcela expressiva da população em extensão territorial muito vasta da Colônia.

Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e a categoria de segunda ordem (...). Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não têm uma vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira e lhes servem apenas de acessórios (...) (Caio Prado, *op. cit.*, p. 124).

É claro, na construção analítica da obra em questão, o tripé da grande propriedade – trabalho escravo e monocultura –, o qual estrutura a produção da grande lavoura e da mineração na produção de mercadorias para o setor externo.

Quando trata da agricultura de subsistência, da pecuária e mesmo das produções extrativistas, o tripé não se aplica, e o autor ora recorre ao argumento de setor subsidiário residual, reflexo etc. ora faz uso de uma outra noção do setor de subsistência, na qual se destaca sua especialização na provisão de gêneros de subsistência para o consumo interno.

Já apontei acima os motivos principais porque fiz esta distinção fundamental numa economia como a nossa, entre a grande lavoura que produz para a exportação e a agricultura que chamei de “subsistência” por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia (...). Há a considerar a natureza econômica intrínseca de cada uma e outra categoria de atividade produtiva, o fundamento, o objetivo primário, a razão de ser respectiva de cada uma delas. A diferença aí é essencial, e já me ocupei suficientemente da matéria (*op.cit.*, p. 157).

Mais adiante, depois de exemplificar diversos ramos das atividades de subsistência no Brasil Colonial, o autor conclui indicando um segundo caráter específico do setor de subsistência:

Assim, com maior ou menor independência do lavrador, e maior ou menor extensão da lavoura respectiva, constituem-se a par das grandes explorações, as culturas próprias e especializadas que se destinam à produção de **gêneros alimentícios de consumo interno da colônia** (grifo nosso). É um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças (...). Em geral a sua mão-de-obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador modesto e mesquinho que trabalha. Às vezes conta com o auxílio de um ou outro preto ou mais comumente de alçm índio ou mestiço (...) (*op. cit.*, p. 160-161).

Em síntese, a noção de setor de subsistência, na obra de Caio Prado Jr., apresenta quatro características a destacar:

- a) atividade subsidiária que depende ora exclusivamente, ora parcialmente da grande lavoura;
- b) setor produtor de bens de consumo destinados ao auto-consumo da fazenda e ao consumo interno da economia interna (da Colônia), mas não à exportação;
- c) especialização na produção de alimentos – um valor de uso, distinto das mercadorias produzidas para o mercado externo; e
- d) estrutura produtiva distinta da grande lavoura, visto que no setor de subsistência praticamente não se utiliza do trabalho escravo, a produção é do tipo não-monocultivo e o estabelecimento produtivo é em geral de dimensões pequenas (familiar), produzindo algum ou alguns produtos com mão-de-obra própria e/ou participação de inúmeras relações de trabalho (dependendo da atividade), que em geral não são nem de trabalho escravo, nem de trabalho assalariado.

Observa-se finalmente que, de acordo com Caio Prado Jr., o setor de subsistência alberga-se na grande propriedade, geograficamente externa às zonas das grandes lavouras, sujeita às relações fundiárias de dominação impostas pelo sistema de sesmarias. Porém, diferentemente da grande lavoura, os agricultores de subsistência gozam de certa autonomia, principalmente na pecuária, na qual os contratos de parceria entre proprietários absenteístas e vaqueiros são completamente distintos dos “contratos” entre grandes proprietários e os seus “moradores de condição” na grande lavoura.

3 CELSO FURTADO

Outra abordagem do setor de subsistência aparece em Celso Furtado (1970), com semelhanças e algumas diferenças em relação às definições de Caio Prado Jr.:

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos de número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais (...). Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver da roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos moratórios mínimos. **Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência, ao nível da unidade maior é misto**, variando a importância de faixa monetária de região para região e de ano para ano numa região (grifo nosso). (Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, p. 120).

Nesse texto, bem como em diversas outras passagens desse clássico, Furtado caracteriza o setor de subsistência como um espaço em que se exercem funções econômicas e não-econômicas, todas elas ligando o setor de subsistência à grande propriedade territorial. Sua produção e sua reprodução dependem da economia mercantil dominante, mas tal setor conserva elementos de reprodução natural, principalmente na pecuária, que o deixam até certo ponto invulnerável às crises periódicas da economia mercantil. A seguir, apresenta-se, também como síntese, aquilo que Furtado parece destacar como principais características do setor de subsistência:

- a) há produção de alimentos e outros recursos para suprir o autoconsumo das fazendas e atender ao mercado consumidor urbano e às demandas da grande lavoura;
- b) alberga-se uma espécie de reservatório de força de trabalho, sob controle do grande proprietário territorial, a quem os ocupantes devem certa sujeição econômica e principalmente lealdade social;
- c) o setor de subsistência caracteriza-se por um nível técnico de produção muito baixo, condição que lhe confere reduzida capacidade de produção de excedentes, expressos sob a forma de fluxos monetários pela venda da produção ou pelo pagamento de rendas econômicas apropriáveis pelo grande proprietário territorial; e
- d) as unidades econômicas de subsistência – em geral a unidade familiar – apresentam-se altamente dispersas pelo interior do país, seguindo o rastro da pecuária, e em geral não contam com o concurso do trabalho escravo ou do trabalho assalariado sistemático.

Celso Furtado identifica o último quartel do século XVIII – e toda a primeira metade do século XIX, quando se exaure o ouro das Minas Gerais e a economia açucareira entra em forte declínio pela concorrência das Antilhas – como o tempo histó-

rico de maior adensamento do setor de subsistência na economia colonial. A ocupação territorial e a manutenção da população de homens livres de então eram feitas basicamente por esse setor, que ocupava espaço do próprio setor exportador durante fase de relativa e longa estagnação, até que se encontrasse um novo produto fortemente competitivo no comércio mundial: o café.

4 RAIMUNDO FAORO

A diminuição do setor exportador da economia colonial ao longo de um período de quase cem anos – 1750-1850 –, conquanto a população mais que dobrasse nesse espaço de tempo,¹ somente se explicaria, na interpretação de Faoro, pela mediação de um enorme setor de subsistência na economia colonial que se remete à Monarquia (e, conforme se verá mais adiante, mantém-se também ao longo do século XX, chegando à atualidade também com enorme dimensão). Na fase de economia nacional, será o embrião daquilo que mais tarde se constituirá no mercado interno brasileiro.

Segundo Faoro, “com a contração econômica do latifúndio, a terra e as conexões econômicas produtoras passam a adquirir maior importância, com a gravitação de categorias de pessoas sem terra em torno do proprietário.” (*op. cit.*, p. 244).

Desde a segunda metade do século XVIII até aproximadamente 1850, tem-se quase um século de decadência do comércio exterior, bem como da importação de escravos negros, fatores que irão mudar o caráter do próprio empreendimento colonial:

Não apenas o conteúdo político do senhor rural mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o *status*. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavar ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado – ao lado das funções pára-militares e pára-burocráticas – a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de latifúndio quase fechado (...) o antigo minerador, o senhor de engenho o lavrador e o pastor ampliam – enquanto o café não vier avassalar as terras, as culturas de subsistência, preocupados em adquirir de fora o mínimo possível de bens, sal, ferro, chumbo e pólvora (...) (*op. cit.*, p. 243-245).

Em contrapartida, Faoro identificara no século XVII, muito antes do declínio do ouro e da estagnação da economia da cana-de-açúcar, a formação dos sertões interiores do Nordeste, do Centro e posteriormente do Sul, conquistados por aventureiros paulistas e nordestinos que, penetrando ao longo dos Rios Tietê, Paraíba do Sul e São Francisco, fincaram marcos de conquista colonial, relativamente independentes do movimento de expansão da economia colonial litorânea.

Os Sertões do Sul e os Sertões do Norte abriram-se ao império e ao furor das armas desses duros conquistadores, onde ombream no século XVII, paulistas como Domingos Jorge Velho, e baianos como Francisco Dias de Ávila, já agora embrenhados na meta para alargar a zona de criação, limpando-a do indígena. (*op. cit.*, p. 155).

1. “Em 1750 para uma população de 1.750.000 habitantes a exportação alcançou 4,3 milhões de libras esterlinas, enquanto em 1800, numa população de 3,3 milhões de pessoas, mal chegou a 3,5 milhões de libras esterlinas.” (Faoro, 2000, p. 245).

Abertas as vastas regiões sertanejas do Nordeste e do Centro pela conquista das Bandeiras, e no extremo Sul pela presença militar oficial, a ocupação dessas áreas interiores dar-se-á em geral pelo estabelecimento de alguma atividade econômica de subsistência – agricultura alimentar e pecuária extensiva, sendo esta última a que mais marcará a fisionomia das fazendas dos diversos sertões brasileiros. Na verdade, cessada a preação dos índios e a busca de pedras preciosas como motivação imediata das Entradas e das Bandeiras do século XVII, a maior parte das populações indígena aculturada, a dos poucos quilombos aí formados e a porção de brancos que aí penetrou, atravessarão os séculos XVII e XVIII tenuamente articuladas à economia colonial dominante.

A herança do conquistador – o coronel e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão – permanecerá estável, conservadora na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora que civilizadora, projetada do Atlântico. (*op. cit.*, p. 156).

5 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA É UM CONCEITO RELEVANTE?

As três abordagens apresentadas nas seções precedentes tratam de um campo comum e de diferentes aspectos das noções sobre setor de subsistência. Para Caio Prado Jr. seria um setor produtor de valor de uso na economia colonial – o alimento para consumo humano, que no entanto assume também a condição de mercadoria de segunda ordem, e de cunho circunstancial, subsidiária da economia produtora de mercadorias típicas – a grande lavoura.

No entanto, o autor considera que as atividades de subsistência não se integram ao conceito de economia colonial, cujo tripé constitutivo está estruturado no trabalho escravo, na grande propriedade territorial e na monocultura destinada ao comércio exterior. Segundo tal abordagem, o conceito de economia de subsistência é dispensável, tendo em vista que não é economia – é tão-somente atividade subsidiária, transitória historicamente, sem dinâmica própria, mas inteiramente dependente do setor mercantil. Esse conjunto de negatividades termina por conferir ao setor de subsistência certo caráter de corpo estranho no âmbito economia colonial e, posteriormente, no da própria economia nacional. Sua dimensão social e territorial, sua reprodução material e suas relações econômicas e sociais próprias não são devidamente reconhecidas e/ou conceituadas. Ademais, a persistência secular do setor de subsistência na economia rural e urbana ao longo de todo esse período analisado teria de afetar a própria natureza da economia mercantil, interpenetrada dialeticamente, e não apenas de forma subsidiária e tangencial como propõe o autor.

Em Celso Furtado, a noção de setor de subsistência adquire caráter multifuncional – contém dimensão econômica e relações sociais intrínsecas à natureza do latifúndio brasileiro. No aspecto econômico, Furtado não associa diretamente a noção de subsistência à provisão de meios de subsistência, como explicitamente o faz Caio Prado Jr. Na verdade, tal noção, em Furtado, está associada à idéia do setor produtor de **pequeno excedente monetário**, em razão do seu baixo nível técnico e conseqüente precário nível de geração de fluxos monetários.

Embora reconhecendo também o caráter dependente do setor de subsistência em relação à economia mercantil, Furtado não radicaliza o argumento da sua completa

subsidiariedade, por duas razões: *i)* enxerga evidentes explicações não-econômicas para as relações sociais que se estabelecem com a economia mercantil; e *ii)* reconhece uma dinâmica reprodutiva natural no setor de subsistência, que independe da economia mercantil. Assim, Furtado elege a pecuária, e não a agricultura de subsistência, como atividade estruturante da economia de subsistência, calcada em moldes familiares e na dependência sociopolítica da grande propriedade territorial.

O autor considera o setor de subsistência um pólo constitutivo da economia colonial – e depois da nacional –, com características estáveis, resistente às crises cíclicas da economia mercantil, embora com baixo nível técnico e precária capacidade de geração de excedente econômico. Mesmo assim, esse setor reproduz-se secularmente porque os excessos de trabalhadores que se albergam nos latifúndios constituem arranjo típico de relações sociais de motivação extra-econômica. E tais relações continuam hegemônicas na sociedade.

A visão de Faoro é muito próxima dessa explicação extra-econômica do Furtado. Todavia Faoro acentua a relação do latifúndio como setor de subsistência, enxergando na captura da renda da terra pelo latifundiário uma dimensão econômica nova, quando a fazenda transforma-se em autarquia. Furtado não reconhece essa tese, em razão de sua visão a respeito da baixa capacidade de produção de excedentes monetários desse setor.

Finalmente, poder-se-ia captar algum consenso de interpretação histórica nesses três autores. Todos eles reconhecem a dimensão territorial e demográfica do setor de subsistência, utilizando-se de indicadores diretos ou indiretos que mostram a maior parte da população e do território albergados nesse setor, senão em todo o período colonial, pelo menos no século que media a exaustão da economia do ouro (último quartel do século XVIII), até a plena constituição de uma economia cafeeira exportadora sucedânea (último quarto do século XIX).

Todos os autores citados reconhecem outras relações de trabalho na economia de subsistência que não a do trabalho escravo. Portanto, é importante reconhecer a coexistência de um setor de trabalho não-escravo, albergando parte expressiva da força de trabalho em pleno regime colonial.

Por fim, a grande propriedade territorial, oriunda do sistema de sesmarias, é peça integrante fundamental do setor de subsistência nas abordagens históricas desses três autores clássicos.

No entanto, ainda se pergunta: como fica a configuração do setor de subsistência com o novo ciclo econômico que se inicia na economia brasileira com o café, a imigração, o fim do trabalho escravo, a Lei de Terras e a formação de um mercado de trabalho assalariado no Brasil? Teria sido esse o período histórico de exaustão do setor de subsistência, de liquidação de suas relações sociais “atrasadas” e de plena constituição de uma economia mercantil no meio rural e no setor urbano? Tais questões marcam a passagem do regime de trabalho escravo ao trabalho livre – bem como, na cronologia histórica, a passagem do século XIX ao XX. É, portanto, esse o objetivo da próxima seção, perseguindo de perto o objeto proposto: avaliar o que ocorre com o imenso setor de subsistência herdado do período colonial quando a economia e o Estado ingressam na nova ordem econômica e em seu novo ciclo, o qual, para efeitos didáticos, data de 1850.

6 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA NA TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO AO REGIME ASSALARIADO

A economia escravista começou a declinar de direito com a proibição do tráfico de escravos em 1850, pela Lei Eusébio de Queiroz, e continuou por todo o fim do século, de fato e de direito, tendo extinguido-se em 1888 com a Lei Áurea.

No fim do século, as informações do Censo de 1872 revelavam que a população de escravos (1,5 milhão de pessoas) representava apenas 16% da população total, havendo uma população livre de 8,4 milhões de pessoas (84%) que obtinham, em grande medida, os seus meios de subsistência fora dos domínios do escravismo. Dessa população escrava, estima-se que, no máximo, 1 milhão de pessoas (descartados velhos e crianças) estivesse em atividade efetiva.²

Observa-se que em 1872 o surto cafeeiro estava se fortalecendo e já começara a existir um problema de mão-de-obra nessa lavoura; assim como outra demanda forte por mão-de-obra manifestar-se-ia na economia da borracha no norte do país, ao fim da década de 1870 (século XIX). Entretanto, a imigração européia ainda não iniciara seu importante fluxo de abastecimento para o café, principalmente para São Paulo,³ de sorte que a expressiva participação das profissões livres na força de trabalho que os dados do Censo de 1872 revelam não reflete ainda os assalariados – estes concentram-se fortemente no setor rural e nas atividades domésticas do setor urbano, que juntas empregam ou albergam cerca de 90% da força de trabalho livre em cinco províncias principais (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul), com uma pequena diferença para o município neutro do Rio de Janeiro, que apresenta um contingente apreciável de funcionários públicos e profissionais liberais.⁴

Essa massa de força de trabalho livre somente em fração muito pequena pode ser classificada como “assalariada”. Mais uma vez, considerando-se a “classificação por profissões” da população livre em 1872, feita por Fernando Henrique Cardoso (1977), ter-se-ia que os “operários” e os “funcionários públicos” ali classificados poderiam aproximar-se dos trabalhadores assalariados. Os primeiros correspondiam a 4,7% da força de trabalho livre, enquanto os segundos representavam menos de 1% da população livre das principais províncias.

Tal perfil de profissões, e implicitamente de relações sociais do trabalho, revela uma situação muito peculiar da sociedade brasileira da época do império, prestes a efetivar a extinção do trabalho escravo. Esse regime já não era a base econômica da grande lavoura, e a transição para o regime de trabalho livre ocorreria muito antes da abolição, com recurso à imigração européia na lavoura cafeeira paulista e à mão-de-obra do setor de subsistência nas demais economias provinciais. Contudo, as relações sociais sob as quais se assentaria o novo regime de trabalho depois da abolição longe estavam de caminhar para o aprofundamento do assalariamento na economia nacional pós-escravista.

2. Canabrava (1995).

3. O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil na década de 1870 para 184 mil no decênio seguinte, e 609 mil no último decênio do século. (Furtado, 1970, p. 128).

4. Ver tabulações por profissão elaboradas por Cardoso (1977).

O funcionamento da economia brasileira na República Velha é incapaz de incorporar, de maneira sistemática, o assalariamento. Sua dinâmica, puxada pela expansão da lavoura cafeeira e pela incorporação do trabalho semi-assalariado dos contratos de “colonato”, somente é potente o suficiente para a incorporação de pequena parcela do trabalho livre, herdado do antigo setor de subsistência e, evidentemente, dos novos imigrantes. Em contrapartida, toda a massa ex-escrava e toda a grande lavoura de mais baixa produtividade econômica (açúcar, algodão, cacau e fumo), e até da borracha, no fim do século, conduzirão suas atividades econômicas intimamente de maneira associada ao setor de subsistência da economia. Este, na República Velha, não foi absorvido pela expansão cafeeira, mas reproduziu-se de maneira autárquica ou subsidiou inúmeros arranjos de relações de trabalho com a grande lavoura, de certa forma, os quais realimentaram a reprodução de ambos.

Os diversos Censos Econômicos dos anos de 1900, 1910 e 1920 continuaram a apresentar a estrutura ocupacional do Censo de 1872 (com exceção do “colonato” na cafeicultura e do assalariamento urbano, no Estado de São Paulo), não obstante o fim do regime escravista. Nesse quadro ocupacional, ver-se-á que o antigo setor de subsistência, forjado no período colonial e adensado por quase um século (1750-1840) de declínio/estagnação da grande lavoura, permaneceu praticamente intacto nessa nova fase da economia nacional, conservadas algumas das suas antigas características clássicas, embora também despontando com novos perfis.

6.1 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA, A LEI DE TERRAS E A ABOLIÇÃO

A grande propriedade territorial, fundada no regime colonial das sesmarias, detém simultaneamente domínio: sobre a grande lavoura escravista, monocultora e destinada ao comércio externo; e sobre o setor de subsistência, operado, nesse último caso, mediante recurso às múltiplas relações de trabalho não-escravo que vinculam o agricultor familiar ao proprietário da terra. A produção dessa agricultura familiar, geralmente de gêneros de subsistência, parece ser o aspecto secundário de tal relação; a dependência social e pessoal do agricultor de subsistência em relação ao senhor de terras, por sua vez, é característica essencial.

Esse setor de subsistência sobreviveu à abolição da escravatura, entre outros fatores, por ser um subsistema independente do escravismo e, de certa forma, ser também autônomo relativamente à monocultura exportadora – embora não o seja em relação ao regime fundiário vigente.

Nota-se, portanto, que a crise da monocultura exportadora na primeira metade do século XIX e a crise do escravismo na segunda metade do mesmo século não produziram transformação radical no setor de subsistência, mas, ao contrário, sua reprodução em escala ampliada. Isso na verdade refletiu a substituição do regime das sesmarias, extinto em 1822, por meio de um estatuto ainda mais conservador de relações fundiárias: a Lei nº 601/1850 (Lei de Terras), a qual, porém, é precedida por um regime transitório, vigente até 1850, que inovara o direito agrário com o reconhecimento da posse: “daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire por herança, pela doação, pela compra e sobretudo pela ocupação – a posse, transmissível por sucessão e alienável pela compra e venda. (Faoro, *op. cit.*, p. 408).

Observa-se que a vigência desse regime de posse é transitória e breve na história econômica, bem como coincide com período de forte decadência da grande lavoura – porém, tal regime foi completamente alterado com a Lei de Terras, de 1850. Esta reconhecia as sesmarias previamente concedidas em cada comarca ou paróquia e mesmo as posses obtidas no período anterior (1822-1850), desde que fossem encontradas nos registros cartoriais ou paroquiais então estabelecidos. “Para o futuro punha-se termo ao regime das posses, admitida a transmissão das propriedades apenas pela sucessão e pela compra e venda (...) para o futuro as terras públicas só seriam adquiridas por meio de compra, com a extinção do regime anárquico das ocupações (...)” (Faoro, *op. cit.*, p. 408-409).

Tal estatuto fundiário de 1850 corresponde, de certa forma, a um duplo golpe histórico: primeiramente liquida o sistema de posses fundiárias que se estabelecera em 1822 e que poderia transformar o setor de subsistência em regime de propriedade familiar; ademais, acaba com a possibilidade futura de transformação da mão-de-obra escrava liberta em novo contingente de posseiros fundiários, o que inclui ainda a possibilidade de criação de quilombos legais ou de estabelecimentos familiares legalizados.

Em lugar dessa transição histórica, que de certa forma se desenhara parcialmente a partir de 1822, recompõe-se o setor de subsistência sob a égide da grande propriedade:

O lavrador sem terras e o pequeno proprietário somem na paisagem, apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra, por ele comercializada, lhes fornece em migalhas encarecidas os meios de sustentar o modesto plantio. As precárias choupanas que povoam o latifúndio abrigam o peão, o capanga, talvez o inimigo velado, servo da gleba sem estatuto, sem contrato e sem direitos. O sistema das sesmarias deixou, depois de extinto, a herança: o proprietário com sobras de terras, que nem os cultiva, nem permite que outro as explore. Os lavradores, meeiros e moradores de favor são duas sobras que a grande propriedade projeta, vinculados à agricultura de subsistência, arredados da lavoura que exporta e que lucra (...) (Faoro, *op. cit.*, p. 418).

A transição do escravismo para o regime de trabalho livre não representa propriamente, no fim do século, a emergência de um regime assalariado em bases nacionais. Contudo, graças ao regime fundiário recalibrado em 1850, a abolição trouxe os escravos para o setor de subsistência, reforçando as relações de dependência social que vinculavam os trabalhadores livres à grande propriedade territorial. As muitas relações de trabalho não-assalariado que coexistiam com o trabalho assalariado na grande propriedade concorreram para depreciar o salário monetário e o próprio contrato salarial. Nesse período, as relações de trabalho não estavam protegidas por instituição pública.

A dimensão quantitativa desse setor de subsistência, com as características que aqui estão em destaque, pode ser identificada nas estatísticas demográfico-profissionais dos vários censos, posteriores à abolição (de acordo com os Censos Demográficos de 1872 a 1920), abordagem a qual, por ora, não se dedicará este texto.⁵

Em contrapartida, a emergência do setor de grande lavoura, movido a trabalho assalariado, fortemente abastecido pela imigração, é uma realidade histórica que somente pode ser entendida dinamicamente, se interpretada em conexão com a manutenção e a ampliação do setor de subsistência na economia. A conservação das relações fundiárias e

5. Para o Censo Demográfico de 1872, o setor de subsistência pode ser deduzido por exclusão das categorias urbanas assalariadas e dos escravos, tomando-se por base a mencionada tabulação de Cardoso (1977).

de trabalho, intocáveis na transição da abolição, marcaram toda a economia e a sociedade da República Velha com evidentes sinais de atraso social e conservadorismo político. Tal “pacto” na República Velha, de certa forma, condenou as forças sociais emergentes graças ao desenvolvimento da cafeicultura e do setor urbano a reproduzirem muitos dos traços da vida colonial. São Paulo, apresentando um diferente pacto social, é uma exceção, que não generaliza seu projeto de desenvolvimento para o conjunto do país. Ao contrário, acomoda-se plenamente à regência de uma ordem conservadora, sem dinamismo próprio, até a derrocada política em 1930.

7 A QUESTÃO SOCIAL DEPOIS DA ABOLIÇÃO

O século XX é um período histórico privilegiado, mas contraditório no que tange à reflexão sobre a Questão Social Brasileira. O pensamento social sobre a formação do país diversifica-se e, de certa forma, a própria história acelera-se em decorrência da emergência de novos atores após a abolição da escravatura. Ocorrem ainda diversos surtos de industrialização que irão emergir até a década de 1930. Depois desses surtos, o país experimentará processo intenso de industrialização, até o início da década de 1980. Posteriormente, a economia passa por um longo período de relativa estagnação.

Todavia, a Questão Social Brasileira clássica do século anterior, que desembocara na abolição, aparentemente esgotou-se em um ato formal – a Lei Áurea –, e a sociedade que se estruturou a partir de então já não era vista como estando em dívida profunda com as necessidades do mundo moderno em termos de mudança das relações sociais. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre a questão social **extrapola o campo da política para outras esferas da vida em sociedade**, a exemplo da literatura social e regional, do banditismo rural, do conflito religioso e dos problemas decorrentes das secas etc., englobando muitas outras situações dentro do contexto brasileiro, mas sem um eixo geral de cunho político e sem abrangência nacional.

A partir da questão social focalizada provisoriamente na transição do regime de trabalho escravo para o regime de trabalho livre (não-escravo), ver-se-á que se perde o próprio objeto – as relações sociais estruturantes, que tinham mobilizado a sociedade e a política em nível nacional à época do escravismo. Com a abolição do regime de trabalho escravo, emergem e exacerbam-se vários problemas de iniquidade nas condições de vida da maioria da população – ex-escravos, homens pobres brancos, pretos e pardos libertos antes da Lei Áurea. Tais problemas, conquanto graves e até explosivos – para citar o exemplo clássico que é Canudos –, não assumem o caráter político e social que tivera a Questão Social da escravatura. São interpretados de diferentes maneiras, pela sociedade convivente: são enfocados de modo restrito como questões regionais, problemas étnicos, movimentos messiânicos, problemas sociais resultantes das secas, banditismo rural etc. Somente mais tarde – na década de 1960 – irão se configurar na agenda dos setores de oposição política de esquerda – a chamada questão agrária.

A sociedade que se forja no Brasil depois da abolição carrega no seu âmago duas questões mal resolvidas do século anterior: as relações agrárias arbitradas pelo patriciado rural, mediante Lei de Terras (1850), profundamente restritiva ao desenvolvimento da chamada “agricultura familiar”; e uma lei de libertação dos escravos que nada regula sobre as condições de inserção dos ex-escravos na economia e na sociedade pós-abolição.

Tal sociedade de grandes proprietários de terra e de poucos homens assimilados ao chamado mercado de trabalho inaugurou o século XX impregnada pela desigualdade de oportunidades e pelas condições de reprodução humana impostas à esmagadora maioria dos agricultores não-proprietários e trabalhadores urbanos não inseridos na economia mercantil da época.

No que se refere a esse enorme contingente, no país de dimensões continentais que é o Brasil, vê-se que, no século XX, a história social, a literatura social e a história econômica, com seus diferentes olhares metodológicos sobre a sociedade, contam diversas versões sobre a grande dramaticidade das condições de vida da base da pirâmide social. Falta, surpreendentemente, nesses olhares uma leitura política sobre as raízes desse mal-estar social, que não ganha sua conversão em problema político social nacional, diferentemente do que ocorrera no século XIX.

Na verdade, a terra e o homem que se configuram no Brasil na primeira metade do século XX constituem um mundo de exclusão e violência, contido precariamente nos mundos dos vários “sertões” abordados pela literatura social e regional, sob a égide de um patriciado agrário, respaldado pelos direitos absolutos da Lei de Terras.

7.1 O SETOR DE SUBSISTÊNCIA E A REBELDIA SOCIAL NA REPÚBLICA VELHA

A história social das populações não incluídas no bloco do poder na Primeira República é cheia de campos vazios. Uma parte das classes sociais subalternas – o proletariado urbano, por exemplo – ingressa na história, ainda que de maneira clandestina, protagonizada pelo Partido Comunista,⁶ e é objeto de pesquisa sistemática meio século depois, nos institutos de pesquisa e nas academias fortemente influenciados pelo marxismo. No entanto, a população selecionada para essa investigação de certa forma escapa da curiosidade intelectual-acadêmica – com exceção da leitura episódica que daria conta das rebeliões que ocorreram na República Velha –, a maior parte delas tendo por cenário aquilo a que se está chamando de setor de subsistência nacional.

Uma pesquisa bibliográfica sobre esse pedaço esquecido do Brasil provavelmente encontraria maior destaque na literatura social-regional, de certa forma inaugurada pela obra clássica *Os sertões*, de Euclides da Cunha – que influenciou no Brasil várias gerações literárias, as quais, de algum modo, retomariam o tema dos sertões na literatura regional, conforme se verá adiante.

Na República Velha, conquanto não se trabalhe com o conceito da “Questão Social”, a exemplo da questão do trabalho escravo no século XIX, experimenta-se um quadro difuso de rebelião social urbana e rural, que se traduz em eventos muito diferenciados de conflito em praticamente todo o “sertão” brasileiro. Canudos (1895-1898), Contestado (1912-1916), Juazeiro (1889-1934), Caldeirão (1936-1938) são episódios muitos diversos, com conotações ora de messianismo puro, ora da luta pela terra, violentamente combatida pelas armas da República. Todos eles surgem no território dos sertões e no espaço social daquilo que tem sido definido como setor de subsistência da economia brasileira.

6. Para uma abordagem de pesquisa sobre as classes médias e o proletariado na Primeira República, ver Pinheiro (1978).

Nessas cinco décadas da República Velha, bem como na década de 1930, os sertões foram o campo de conflito aberto entre vários tipos sociais forjados no setor de subsistência: coronéis e jagunços, cangaceiros, místicos e até grupos armados de procedência urbana, como o foi a Coluna Prestes, que percorreu e descobriu, para sua enorme surpresa, o Brasil real dos sertões – completamente desintegrado do Brasil urbano ou litorâneo.

Canudos, Contestado e Caldeirão (Juazeiro em menor grau) apresentam alguns elementos comuns, não obstante a relativa distância geográfica, e mesmo histórica, que os separa: são movimentos sociais organizados no interior do setor de subsistência da economia; apresentam e recuperam elementos do catolicismo popular de alguma maneira impregnados na memória e resgatados na mobilização popular; ignoram ou explicitamente denunciam a estrutura da propriedade latifundiária preexistente; e, finalmente, são combatidos e dizimados militarmente pelas forças da ordem da República, o que resultou em sua eliminação física (com exceção de Juazeiro). Seus líderes e seus seguidores constituem uma população pobre, mestiça e desintegrada da economia agrário-exportadora e urbana, que então era o chamado pólo dinâmico da economia brasileira. Tais características comuns são, provavelmente, um eixo fatal que condena esses movimentos a uma espécie de pacto do esquecimento nacional.

O gênio literário Euclides da Cunha salvou a maior dessas rebeliões do destino comum a que todas elas vinham sendo condenadas ao longo da história: de serem tratadas como conflitos locais, particulares, produto de fatores pré-políticos e/ou fanatismo religiosos sem muita importância para a formação da sociedade e da história nacional, e interpretadas pelo *establishment* formador das idéias e das agendas da pesquisa acadêmica.

Os sertões, a juízo de muitos a maior obra da literatura brasileira do século XX, tendo completado em dezembro de 2002 cem anos de sua primeira edição, propôs um desafio intelectual novo, qual seja o da interpretação do Brasil incorporando os seus “sertões”, até então esquecidos ou desvalorizados. Tal desafio intelectual, ao qual provavelmente Euclides propusera-se com muita força e convicção, teve repercussões profundas na história da literatura brasileira,⁷ e influência muito precária na história econômica e na pesquisa sociológica – esta última, na segunda metade do século XX, é feita basicamente nas instituições universitárias.

A divisão de *Os sertões – a terra, o homem, a luta* – é paradigmática não apenas pelo seu aspecto formal, ela é principalmente substantiva. É uma tentativa de compreender e interpretar o Brasil profundamente, trazendo à baila o setor de subsistência da economia, no qual se dá essa luta desigual do homem despossuído na terra inóspita, sob o jugo de senhores proprietários absenteeistas. Sem tais elementos, a sociedade e a economia brasileiras ficam carentes de traços essenciais de sua formação. E, sem essa recuperação histórica, os problemas contemporâneos de desigualdade, marginalidade e pobreza parecem insondáveis, aparentemente efeitos sem causa.

7. A literatura regional brasileira, a partir de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, tematiza os sertões e o sertanejo brasileiros em várias outras obras clássicas.

7.2 RUPTURAS COM O MODELO DE ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DO SERTÃO

A constituição de experiências sociais e econômicas de comunidades que superaram os limites e as barreiras sociais da economia de subsistência e desenvolveram importantes estratégias de desenvolvimento, integradas ao mercado interno regional, talvez seja a grande novidade, a ser investigada pela constatação e pela comparação do que teria ocorrido de comum no Arraial de Bom Jesus, em Juazeiro, e na Comunidade do Caldeirão. Contestado não foge a esse enfoque, mas merece análise à parte, em razão de peculiaridades regionais que convêm destacar (e que por ora não serão destacadas neste texto).

O movimento que impeliu essas comunidades a constituírem-se apresentou claramente uma ruptura com o padrão de hegemonia da economia política dominante. Agricultores, artesãos, pequenos comerciantes, beatos, romeiros etc., que se aglutinaram nessas localidades e constituíram assentamento humano, fizeram-no fora dos domínios físicos e patrimoniais do latifúndio; criaram novas relações econômicas entre si e com o mercado exterior às aglomerações microurbanas aí formadas; e produziam individual ou coletivamente amplo excedente que permitia expansão, até mesmo acelerada, do estoque de bens sob controle da comunidade e/ou de sua direção religiosa. **A construção ou a reconstrução de igrejas, cemitérios, açudes, casas, cercas, e uma lista variável de empreendimentos**, em curto período, possibilitou e foi possibilitada pela cooperação interprofissional do povo simples. Tal processo de mobilização é estranho ao regime de economia de subsistência, uma vez que todo ele é subordinado a relações de lealdade e dependência das famílias a um proprietário absenteísta ou não.

7.2.1 Canudos

O local onde se ergueu Canudos fora sede de uma velha fazenda de gado à beira de Vaza Barris e era, até 1890, “uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de Pau-a-Pique” (Cunha, 2000, p. 184). De 1893, data em que ali chegou o Conselheiro, até 5 de outubro de 1898, quando é completamente derrotada e arrasada pelo Exército, edificara-se uma cidade de aproximadamente 30 mil pessoas. Restaram ainda, depois de longo cerco e destruição pela artilharia, 5.200 casas cuidadosamente contadas, segundo Euclides. No dia 6, acabaram de destruí-las, não deixando no Arraial pedra sobre pedra.

Lendo com a devida atenção as descrições de Euclides da Cunha, percebe-se na trajetória do Conselheiro um movimento de organização não apenas religiosa, mas da própria economia popular, por meio das mais variadas iniciativas:

Antonio Conselheiro há vinte e dois anos, desde 1874, era famoso em todo o interior do Norte e mesmo nas cidades do litoral (...). Vinha de uma peregrinação incomparável de um quarto de século, por todos os recantos do sertão, onde deixara como enormes marcos, demarcando-lhe a passagem, as torres das dezenas de igrejas que construía; fundara o arraial do Bom Jesus, quase uma cidade; de Xorroxó à Vila do Conde, de Itapecuru a Jeremoabo, não havia uma só vila ou lugarejo obscuro, em que não contasse adeptos fervorosos, e não lhe devesse a reconstrução de um cemitério, a posse de um templo ou a dádiva providencial de um açude (...) (Cunha, 2000, p. 227).

Conquanto pouco se saiba das relações econômicas concretas da Comunidade de Canudos, não há dúvida de que esta superou de longe o estágio pretérito da economia de subsistência pecuária da região do Vaza Barris e estabeleceu relações comerciais múl-

tiplas com as cidades vizinhas. Também é certo que tais atividades eram constituídas pela cooperação interprofissional – carpinteiros, pedreiros, artesãos, jagunços, agricultores, prestadores de serviços etc., todos cooperando em nome da fé, mas muito fortemente envolvidos com o comércio. Sabe-se, ainda, que a atividade econômica que exerciam atendia-lhes necessidades básicas e gerava excedentes, os quais a comunidade, sob a direção de Conselheiro, se apropriava, sob a forma dos muitos investimentos comunitários descritos, bem como de tantos outros de caráter familiar, sobre os quais não há muita informação.

Tal projeto de economia escapa completamente aos limites da economia política dominada pelos coronéis da República Velha, no domínio dos quais o semi-árido nordestino constituía um dos mais atrasados rincões do setor de subsistência nacional.

7.2.2 Juazeiro

Quase à mesma época que o Conselheiro inaugurava seu arraial em Canudos, surgia no interior do Ceará um movimento religioso, de forte apelo popular, sob a liderança do Padre Cícero Romão Batista. Os milagres atribuídos à Beata Maria de Araújo durante vários meses, em 1889, provocaram intenso movimento de romarias com destino a Juazeiro, que tradicionalmente já era muito intenso nos anos de secas, e tornaram-se mais regulares nos demais anos, até 1934, quando morreu o Padre Cícero.

Tal movimento religioso-popular e sua liderança constituem em Juazeiro o exemplo mais notável de ruptura com a economia política do setor de subsistência, inaugurando um importante assentamento humano nos sertões, com algumas relações de trabalho e fundiárias novas, embora não tenham rompido politicamente com a ordem republicana e com o jogo do poder dos coronéis do sertão.

A zona rural e a comunidade urbana de Juazeiro convertem-se em pólo aglutinador de trabalhadores sem terra, romeiros, artesãos-industriais, comerciantes, prestadores de serviços etc., de sorte que, entre 1889 e 1909, a vida antes precária evoluiu para novo patamar:

A atividade econômica principal de Juazeiro, entretanto, provinha de suas florescentes indústrias artesanais. Desenvolveram-se para atender às necessidades do consumo do povoado em ascensão e como uma resposta oportuna à incapacidade das áreas rurais limitadas de Juazeiro para absorver os imigrantes nas áreas agrícolas, de imediato após a [sua] chegada (...). A princípio dedicavam-se tais atividades à construção de casas, assim como à manufatura de vários artigos de uso doméstico, confeccionados com matéria-prima local: louças de barro, vasos, paredes, cutelaria, sapatos, objetos de couro, esteiras de fibras vegetais, cordas, barbante, sacos e outras receptáculos para estocar e expelir gêneros alimentícios (Ralph Della Lava, 1976, p. 125).

Juazeiro é experimento vivo, embora politicamente limitado, de superação do regime de economia de subsistência, situado em região onde essa economia é fortemente afetada, entre 1877 e 1915, por quatro secas de grandes proporções (1878, 1888, 1898 e 1915), sendo que a primeira delas matou 57 mil pessoas.

De albergue para retirantes e ponto de encontro de romeiros, a cidade converte-se naquilo que ainda hoje ostenta: uma experiência de desenvolvimento econômico-religioso, fora dos domínios do latifúndio rural e dos coronéis da região. Todavia, o próprio Padre Cícero tornou-se novo coronel e patriarca do vale, grande proprietário

de terras e imóveis urbanos. Contudo, exerceu um controle social distinto sobre os seus adeptos, mesmo sem ultrapassar os limites da ordem estabelecida.

7.2.3 Caldeirão

A Comunidade do Caldeirão (1931-1938), liderada pelo Beato José Lourenço, amigo de Padre Cícero, instalou-se em terras cedidas por este último (considerado um patriarca), para serem cultivadas pelo Beato e sua gente, e de fato transformou todas as relações de poder na região até ser liquidada pelas armas da Polícia Militar do Ceará. A proposta comunitarista do Caldeirão, diferentemente do Juazeiro, mudara por completo as relações econômicas e sociais no lugarejo, introduzindo um projeto popular e religioso de vida em sociedade, ao mesmo tempo em que instalara uma forma de cooperação econômica altamente desenvolvida.

Há evidências de que no local se tenha constituído não apenas um assentamento precoce da reforma agrária popular, como também um distrito rural de produção artesanal e industrial de caráter “multifuncional”:

Existiam oficinas de carpintaria, funilaria, curtume, ferraria etc. Tudo fabricado no Caldeirão: as canecas d’água, chaleiras, cuscuzeiras, litros de medição, candeeiros etc. No curtume tratavam o couro para a fabrico de selas para os cavalos, arreios, gibões, alforges, sapatos, alpargatas, chinelos de rabicho. Na carpintaria, além dos móveis simples das casas fizeram também as portas da capela. Além disso, o mais importante foi a construção do engenho de rapadura, todo ele feito artesanalmente (...) (Maia, 1992).

A experiência do Caldeirão transcende os limites sociais do Juazeiro e, mesmo sendo menos conhecida que aquele, contém elementos internos de muita relevância no que concerne ao foco desta seção: propostas de ruptura com o setor de subsistência. Há forte evidência, pela quantidade e pela qualidade de bens saqueados pela polícia militar por ocasião da invasão perpetrada em 1938, da ocorrência de um nível de produção e de excedente relativamente elevado no Caldeirão; e, ainda mais, de que tal excedente tenha sido produzido e desfrutado pela comunidade em bases não-capitalistas, em plena República Velha.

Tudo indica, na Comunidade do Caldeirão, que o projeto de produção comunitária tenha alcançado alto grau de integração de todos os seus indivíduos; que tenha realizado formas multifuncionais agrícolas e não-agrícolas de incorporação de atividades, profissões e funções; e que o excedente econômico tenha sido suficiente para desenvolver e atender a muitos outros projetos comunitários – igrejas, cemitérios, açudes, engenhos etc., além da existência de apreciáveis excedentes pecuários e agrícolas.

No entanto, a propriedade da terra terminou por se constituir em um tendão de Aquiles do movimento, visto que veio a ser reclamada pelos herdeiros legais de Padre Cícero – a Ordem Salesiana –, iniciando-se aí o processo de demolição física e social da experiência em pleno período do Estado Novo.

As rebeliões agrárias e as religiosas durante o período da República Velha e do Estado Novo podem ser lidas de muitas maneiras pelos diversos olhares das ciências sociais. Para o que ora interessa destacar, revelam enorme potencial econômico de setor de subsistência, abafado pelo jugo do latifúndio e da economia política dos coronéis, herdada do século XIX. Tais rebeliões não configuram uma questão política,

tampouco representam ameaça à ordem econômica preexistente, mas ajudam a entender e a interpretar o país que ainda caminharia por todo um longo ciclo econômico de 1930 a 1980, sem mudanças sociais significativas que permitissem incorporar o potencial produtivo do seu setor de subsistência.

Ainda que não logrando mudar o *status quo*, merece destaque nas experiências de Canudos, Juazeiro e Caldeirão a capacidade de mobilização e desenvolvimento dessas comunidades, quando romperam seus laços de dependência ao latifúndio e à economia política da grande propriedade fundiária que as albergava anteriormente, no que se denominou, aqui, de setor de subsistência. Isso instiga à releitura e à interpretação dessas experiências, até porque os desafios sociais por elas enfrentados são reapresentados historicamente, conforme se verá adiante.

8 O LONGO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1980) E O SETOR DE SUBSISTÊNCIA

A Revolução de 1930 demarca um outro momento de inflexão da história econômica e social brasileira, tão importante quanto foram a abolição e a independência política no século XIX. Por isso, nesse contexto de nova transição política e econômica, é relevante conceituar ou reconceituar a categoria colonial **setor de subsistência**. Questiona-se, ainda, se faz sentido utilizá-la como noção ou conceito relevante para compreender e interpretar a economia e a sociedade atuais.

Novamente, cabe a pergunta feita na seção anterior, relativamente ao escravismo: a emergência de novo ciclo econômico e de novo padrão de acumulação de capital na economia brasileira a partir de 1930 é mudança econômica e social capaz de eliminar o setor de subsistência da economia? Ou tal setor será também reproduzido nesse processo?

Observa-se que **o setor de subsistência** aqui considerado compreende o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação a uma parte expressiva da população, mas tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos.

Tais atividades e relações sociais são uma herança da economia colonial, as quais se mantêm com o fim do escravismo e a revivescência de economia primário-exportadora nas três primeiras décadas do século XX. A crise do modelo primário exportador a partir de 1929 e a mudança do comando da elite política com a Revolução de 1930 demarcam na história econômica o início de um período de industrialização, ainda restringido no Pré-Guerra, mas claramente fomentado no Pós-Guerra. Nesse contexto histórico, seria previsível que fosse vista teoricamente como irrelevante a persistência de um largo setor de subsistência na economia que se industrializava e se urbanizava. Pelo menos, essa tese é a prevalecente nos diversos campos teóricos – tanto da esquerda quanto da direita (ver subseção 8.3) – que analisam o desenvolvimento econômico ou o desenvolvimento capitalista no Brasil durante o meio século de crescimento acelerado – 1930-1980.

A história econômica e social do Brasil posterior a 1930 praticamente ignora o setor de subsistência como categoria digna de se constituir em objeto de estudo especializado. Isso não significa a assunção de sua inexistência, mas o pressuposto de sua irrelevância teórica. Por outro lado, para a pesquisa ora empreendida, o setor de subsistência é uma noção da história econômica relevante e, pelo menos por hipótese, tem de ser investigado. Há de dimensioná-la, por um lado, nos diversos censos demográficos e agropecuários realizados a partir de 1930 até o presente; mas é importante também refletir sobre a configuração teórica contemporânea dessa massa de informações que se coleta nos censos. Os enfoques empíricos (a construir) e teóricos (ver subseção 8.1) são a ponte entre o período da presente análise (1930-1980) e aquele abordado nas seções precedentes – perseguindo sempre a categoria **setor de subsistência**.

8.1 DIMENSÃO RURAL DO SETOR DE SUBSISTÊNCIA

Nesse ciclo de crescimento industrial de meio século, houve uma bem-configurada estratégia de industrialização, claramente planejada no pós-guerra, e um movimento de urbanização do conjunto da sociedade, que aparentemente absorveu nas metrópoles e nas cidades de médio porte o imenso contingente demográfico componente do chamado setor de subsistência. No entanto, tal absorção esteve longe de eliminar o setor de subsistência. Em primeiro lugar, porque a transposição demográfica da população agrícola não está associada ao crescimento tão-somente de uma massa assalariada no mercado urbano, mas também do enorme contingente de trabalhadores sem vínculo com economia formal. Em segundo lugar, porque permanece no setor agrícola um contingente expressivo de agricultores de subsistência, sem inserção no mercado de trabalho.

Em contrapartida, ainda nesse ciclo expansivo da economia brasileira, os problemas agrários não resolvidos na República Velha retornaram metamorfoseados pela configuração de uma Questão Agrária na década de 1960, resolvida pelo regime militar mediante a equação conservadora da modernização técnica, sem reformas.⁸

O fim do regime militar e do longo ciclo de expansão da economia brasileira no início dos anos 1980 pôs fim ao modelo de transferência dos excedentes de mão-de-obra do setor rural para economia urbana, considerado, à época, funcional ao desenvolvimento econômico (ver subseção 8.2). Na verdade, a dimensão do setor de subsistência rural, que já era muito expressiva no início dessa década, experimentou alargamento com os mais de vinte anos de relativa estagnação urbano-industrial, seguida por um processo de ajustamento da economia rural à estratégia do agronegócio, que em nada favoreceu a absorção do setor de subsistência.⁹

As estatísticas demográficas e as agropecuárias dos dois últimos censos (Censo Demográfico 2000 e Censo Agropecuário 1996) são as fontes empíricas mais gerais de que se dispõe para quantificar na atualidade a noção de setor de subsistência na forma em que aqui se propõe (ver seção 8).

Muito recentemente (2001), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quantificou e qualificou o que oficialmente se define como agricultor familiar, classificação que é válida para acesso às políticas específicas da agricultura familiar. Tal classifi-

8. Para análise mais específica, ver Delgado (2004).

9. Idem.

cação é muito útil para os propósitos analíticos do presente trabalho, pois permite aplicar o conceito predefinido de economia de subsistência a uma dada base empírica.

Partindo do conceito estatístico de “estabelecimento agropecuário”, o estudo do MDA definiu agricultor familiar a partir de um conjunto de variáveis – “direção do processo produtivo”, “uso predominante de mão-de-obra familiar” e “limite físico regional do tamanho do estabelecimento”. A partir desses critérios, realizou várias estratificações, sendo que delas, a que importa diretamente a este estudo é a do valor bruto de produção do estabelecimento familiar, como segue:

TABELA 1

Estratificação de agricultores familiares, segundo valor de produção medido em salários mínimos-mês (1996)

Estratos em s.m.	Ponto médio em s.m.	% de estabelecimento	? % acumulado	Número de estabelecimentos (em mil)
Zero	0	8,2	8,2	339,4
De zero a 2,1	1,0	68,9	77,1	2.852,0
De 2,1 a 5,6	3,85	15,7	92,8	649,9
De 5,6 a 8,5	7,0	4,6	97,1	190,4
De 8,5 a 19,4	13,95	1,7	98,8	70,4
Maior que 19,4		0,8	99,6	33,1
Total			99,6	4.139,4

Fonte: FAO/Incra/MDA, 2000, p. 36.
Elaboração do autor.

Observa-se que, dos cerca de 4,14 milhões de estabelecimentos familiares, 77% geraram um valor bruto de produção de até dois salários mínimos, com o ponto médio da classe modal situado em um salário mínimo. Esse tipo de estabelecimento, pelas características do seu caráter familiar e pelo fato de não produzir excedentes (valor de produção familiar abaixo de um salário mínimo *per capita*), configura-se plenamente na condição de “economia de subsistência”.

Por outro lado, há outras fontes de renda familiar que o conceito estatístico de estabelecimento agropecuário não capta. Recorrendo-se a outro conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – o da renda monetária total do domicílio rural –, tem-se situação menos dramática dos números da economia de subsistência, mas não menos significativa, conforme demonstra a segunda estratificação:

TABELA 2

Estratificação de renda domiciliar total no censo demográfico de 2000 (em salário mínimo)

Classes de rendimento domiciliar total em s.m.	Ponto médio em s.m.	% familiar	? % acumulado	Nº de famílias (Em mil)	Nº de famílias acumuladas
Até 1 s.m.	0,536	37,45	37,46	2.955,8	2.955,8
De 1 a 2 s.m.	1,644	25,62	64,07	2.021,3	4.977,1
De 2 a 5 s.m.	3,17	25,34	89,41	1.999,6	6.976,7
De 5 a 10 s.m.	6,83	7,97	97,38	628,9	7.605,6
Mais de 10 s.m.	14,23	3,61	100,0	285,0	7.890,5

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2000).
Elaboração do autor.

Pela medida da renda domiciliar (familiar) rural, apresentada na tabela 2, observa-se que 64% dos domicílios no ano censitário obtêm renda monetária aquém de dois salários mínimos (o ponto médio e o mediano do estrato de renda mais alto – de um a dois salários mínimos – praticamente coincidem em 1,64 salário mínimo).

As características dessa estratificação de renda familiar rural até dois salários mínimos praticamente incluiriam toda a população aí representada (cerca de 5 milhões de domicílios) na mesma condição dos estabelecimentos familiares da tabela 1, que geram valor de produção de até dois salários mínimos. Ambas as populações situam-se estatisticamente muito próximas da noção de economia de subsistência aqui utilizada. *Grosso modo*, pode-se dizer que três quartos dos estabelecimentos (segundo os dados de produção familiar rural) situam-se no setor de subsistência da economia rural, ou são também definidos estatisticamente como abaixo da linha de pobreza (renda *per capita* familiar abaixo de um quarto do salário mínimo).

8.2 DIMENSÃO CONJUNTA DE SETOR DE SUBSISTÊNCIA E TRABALHO INFORMAL URBANO

Conquanto distinto do setor de subsistência rural, o trabalho informal urbano, objeto de estudo de Theodoro (2004) somado ao setor de subsistência rural, alarga sua dimensão ocupacional à medida que a economia entra em relativo declínio após 1981.

Uma informação pontual, a comparação entre os Censos de 1980 e 2000 dos setores formal e informal dos mercados de trabalho brasileiros (ver tabela 3), corrobora essa linha de argumentação. Em 1980, ao fim do ciclo de expansão de cerca de cinquenta anos de industrialização e urbanização intensivas, o setor formal do mercado de trabalho (empregados com carteira e autônomos contribuintes, mais funcionários públicos e empregadores) atingiu o pico de absorção da População Economicamente Ativa (PEA) – 55,6% –, enquanto no mesmo ano o setor de subsistência, acrescido do emprego informal e dos desempregados, correspondia a 43,4% da PEA.

TABELA 3

Comparação entre os setores formal e informal entre os Censos de 1980 e 2000

	% da PEA Censo de 1980	% da PEA Censo de 2000
I – Setor Formal = (1+2)	55,6	43,1
1. Subtotal – trabalhadores	53,8	40,7
1.1. Empregados contribuintes à Previdência	43,8	31,8
1.2. Conta-Própria – contribuintes (idem)	6,6	4,1
1.3. Funcionários públicos contribuintes	3,4	4,8
2. Empregadores contribuintes à Previdência	1,8	2,4
II – Setor de Subsistência (+) Informalidade Desprotegida (3+4+5+6+7)	43,4	54,4
3. Conta-Própria sem contribuição à Previdência*	16,9	14,9
4. Não-remunerados em apoio à produção	4,6	3,3
5. Produção para autoconsumo	-	2,5
6. Desempregados involuntários	2,1	15,0
7. Empregados assalariados sem carteira e sem contribuição	19,8	18,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (mão-de-obra) – Brasil, 1980; e Tabulações Avanças, 2000.

Obs.: *Esta variável é utilizada como componente do setor informal, mas sabe-se que está superestimada em vista de haver longa proporção de segurados da Previdência Rural não-contribuintes – em torno de 10 a 12% da PEA, a qual deveria ser elevada ao Setor Formal. Este último, aqui se define pelo critério de proteção previdenciária e não pelo critério estatístico da contribuição financeira.

Elaboração do autor.

Passados vinte anos de relativa estagnação econômica e certamente de desativação de amplos segmentos industriais, a População Economicamente Ativa cresceu 76%, incorporando cerca de 33 milhões de novos indivíduos. No ano 2000, o perfil ocupacional dessa nova PEA era completamente distinto. Apenas 43,1% mantiveram-se no setor formal (contra 55,6%, em 1980), enquanto 54,4% estavam albergados nesse setor de subsistência mesclado pela informalidade urbana.

A dimensão do fenômeno e sua significação socioeconômica clamam por um novo olhar teórico e histórico sobre esse “setor”, caracterizado por pobreza e desigualdade, na sua longa história evolutiva.

8.3 “APPROACH TEÓRICO” DO SETOR DE SUBSISTÊNCIA

A abordagem histórica precedente revela – ao longo de mais de duzentos anos da história econômica, período sobre o qual detém-se algum grau de informação e conceituação comparável – expressivo conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que ocupam a maior parte da população brasileira e que escapam às caracterizações clássicas do regime de trabalho escravo ou do regime capitalista assalariado. Esse setor, aqui denominado segundo a noção colonial com a qual a história econômica o tratava, é chamado de setor de subsistência. Por sua vez, a permanência, com alguma metamorfose, desse setor na economia industrial, urbana e rural do século XX, albergando, já no seu fim, cerca de três quartos da força de trabalho rural, reintroduz um gigantesco desafio teórico – que, é válido ressaltar, quase nunca foi enfrentado no pensamento econômico e social do país. Existe muita reflexão sobre a formação do proletariado, das classes médias, do empresariado e da elite dirigente, mas sobre a base da população, excluída dessas classes, a pesquisa é escassa – embora não o seja a população.

Sobre o setor de subsistência pesam inúmeros anátemas, estigmas e preconceitos intelectuais, que em geral afastam os pesquisadores da reflexão sobre algo que não é uma categoria histórica ou teórica comum à história econômica da Europa ou da América, matrizes do pensamento mundial e ponto de referência para comparações.

Na literatura da história econômica e social da Europa, há um campesinato e um sistema de corporações de ofício que o capitalismo industrial dissolve e depois absorve ou exporta para as colônias. Na América, há uma sociedade indígena primitiva que a expansão capitalista destrói, substituindo-a por um regime familiar rural, no contexto de um capitalismo reestruturado em sua base agrária. As frações de população que ainda subsistem dos antigos regimes feudal e indígena na Europa e na América do Norte são francamente residuais e certamente sem nenhuma conotação que se aproxime da trajetória histórica brasileira.

Todavia, quando se adota em bloco categorias e teorias sobre o desenvolvimento capitalista da Europa e da América, provavelmente deixa-se de apreender aspectos cruciais da realidade, os quais escapam dessa malha teórica. Há um setor de subsistência na economia/sociedade atual que não pode ser denominado de “resíduo feudal”, tampouco de “exército industrial da reserva” ou de “resíduo da comunidade primitiva”, e que não se encontra em processo de aculturação e adaptação à economia e à sociedade capitalista.

Ora, cerca de dois terços da população rural brasileira **hoje** dependem da economia de subsistência (ver dados da tabela 2) e a maior parte da população brasileira **sempre** retirou seus meios de subsistência dessas e nessas relações de trabalho. Tais atividades e relações de trabalho caracterizam-se historicamente pelos baixíssimos níveis técnicos, e reproduzem relações de trabalho, de sorte que vêm gerando dependência social e forte exploração humana. A perpetuação histórica dessas relações indica uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém, sem rupturas, ao longo da história. Mas isso não é efeito sem causa. Não é uma categoria residual, transitória e subsidiária do desenvolvimento capitalista e nem cabe nas categorias aproximativas da história econômica e social da Europa ou da América do Norte. Tampouco uma comunidade indígena remanescente e resistente à dominação branca, como o são na América Latina os grupos indígenas do México e na Zona Andina os grupos indígenas da Bolívia, do Equador e do Peru. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileiras é o espaço das relações de dominação das populações excluídas de um modo especificamente capitalista de exploração econômica, sendo tais relações submetidas ao jugo político do poder patrimonialista.

O desenvolvimento capitalista no setor rural, na indústria moderna e nos serviços não tem sido (nem o é) capaz de incluir e absorver o setor de subsistência – não o foi na sua fase primário-exportadora, nem no ciclo industrial (1930-1980), e muito menos sê-lo-á na era da globalização e do neo-liberalismo econômico. Sua inclusão, que foi admitida teoricamente como uma Lei de Tendência, à direita e à esquerda, como dinâmica inerente ao próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, é uma entre tantas precárias teorizações que se dissolveram no ar, fruto de uma reflexão marxista a-histórica e teleológica. Não resiste à análise da história econômica brasileira muito embora estivesse e ainda esteja na cabeça de muitos pesquisadores que pautaram tal história e a pesquisa social do pós-guerra.

O tamanho do setor de subsistência é uma informação muito relevante, não apenas pelo seu lado quantitativo, ou seja, sua dimensão é uma característica ultra-relevante para que se possa interpretar seu papel ocupacional intra e interciclos de desenvolvimento da economia dos mercados no Brasil.

Viu-se, nas seções precedentes, que o setor de subsistência desempenhou o papel ocupacional principal na economia colonial; cumpriu função primordial na passagem do regime escravista para o de trabalho livre, na República Velha; e que, finalmente, no longo ciclo de industrialização do pós-guerra, o mercado de trabalho formal avançou, mas nem de longe logrou dissolver o setor de subsistência. Por fim, quando se exaure o ciclo de industrialização intensiva do pós-guerra, o setor de subsistência volta a crescer.

Algumas teorias do desenvolvimento econômico em voga no pós-guerra (como, por exemplo, Lewis e Mellor)¹⁰ reconheciam implícita ou explicitamente um setor de subsistência na economia rural, ao qual atribuíam produtividade marginal do trabalho nula, bem como papel explícito de transferência de força de trabalho ao setor urbano e industrial como “função” a ser cumprida para desenvolver a economia industrial e urbana. Tal função cumpriria um ciclo virtuoso de desenvolvimento capitalista, porquan-

10. Lewis (1969) e Mellor (1961).

to absorveria o excedente estrutural de trabalho do setor de subsistência rural, transformando-o em mercado de trabalho urbano-industrial.

Sob o enfoque desse *approach* teórico, o setor de subsistência rural transformaria-se em mercado de trabalho urbano. O longo ciclo de industrialização e urbanização que o Brasil atravessou, com especial enfoque à era da “modernização-conservadora”, sob tutela militar, parecia confirmar essa teoria, subjacente àquela na qual existia um pressuposto da irrelevância epistemológica do setor de subsistência na economia.

No entanto, a experiência brasileira da modernização da agricultura no pós-guerra, e especialmente nas décadas de 1960 e 1970, embora gerasse uma maciça transferência de força do trabalho para o setor urbano, não eliminou o setor de subsistência no espaço rural, nem alimentou apenas um mercado de trabalho urbano-industrial. Construiu-se enorme setor informal de trabalho urbano, que, embora não tenha as mesmas características do setor de subsistência, não é tampouco um setor assalariado. Tal fato já ocorria no auge do ciclo expansivo e magnificou-se bastante nas duas décadas de estagnação – 1980 e 1990.

No campo marxista, as teorias sobre desenvolvimento capitalista no Brasil do pós-guerra¹¹ reconhecem a permanência de uma dualidade básica na sociedade, com um setor capitalista, dinâmico, e outro não-capitalista, mas subsidiário deste – e que inexoravelmente seria por este puxado na história da industrialização. Contudo, o setor de subsistência e a economia informal são evitados como conceitos significativos, até porque seriam absorvidos e assimilados pelo capital nos seus novos ciclos de expansão.

No seu trabalho clássico, *Economia brasileira: crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira utiliza prodigamente as noções de “Setor de Subsistência Rural” e “Setor de Subsistência Urbano” (“terciário não-capitalista” etc.). Contudo, esse autor está fortemente associado a uma interpretação que poderia ser chamada de funcional, porquanto reconhece sempre nessas atividades e nessas relações do setor de subsistência uma ligação estrutural com a dinâmica capitalista da economia. Segundo essa tese, o setor de subsistência não é outro pólo (uma dualidade na expressão do autor), mas parte integrante da estrutura social construída pelo capitalismo retardatário brasileiro. O citado ensaio, elaborado em pleno ciclo expansivo da indústria brasileira (1975), não cogita, em nenhuma de suas análises, investigar contradições insanáveis entre o desenvolvimento capitalista da economia brasileira e a reprodução do setor de subsistência. Tampouco investiga a hipótese da prescindibilidade desse setor para o desenvolvimento capitalista. Tais formulações acarretam conseqüências sociais e políticas graves, mais pelo que ignoram que pelo que predizem.

Na realidade, o que as teorias de desenvolvimento do campo conservador e do marxista não previram foi a reprodução urbana, em escala ampliada, de relações sociais similares às do setor de subsistência rural na chamada economia informal-urbana, enquanto no espaço rural o setor de subsistência manter-se-ia intacto, depois do ciclo da modernização técnica do período de 1965-1985.

11. Oliveira (1975).

8.4 O FUTURO DA POPULAÇÃO ALBERGADA NO SETOR DE SUBSISTÊNCIA COMO DESAFIO

O setor de subsistência é, de certa forma, “geneticamente constitutivo” da sociedade e da economia colonial; amplia-se na transição do escravismo ao trabalho livre e, finalmente, reproduz-se na economia capitalista industrializada a partir da década de 1930. Assim, nem meio século de urbanização e industrialização aceleradas foram capazes de absorvê-lo, mas sim de albergá-lo, para depois expandi-lo na crise (1981-2003).

Da história colonial ao século XX, a economia produz e reproduz um conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam precariamente meios de subsistência e ocupação a uma expressiva parcela da população, sem que tais atividades e relações visem primordialmente à produção de mercadorias e/ou se realizem mediante contrato monetário de trabalho.

Concluído o século XX, com o enorme contingente do chamado setor de subsistência – que, acrescido do informal urbano, envolve mais da metade da força de trabalho –, que futuro poder-se-á esperar dessas atividades e dessas relações de trabalho que se produzem e se reproduzem secularmente no Brasil, reproduzindo paralelamente a elas miséria e exclusão?

A questão do setor de subsistência, na atualidade, bem como sua perspectiva de inclusão no mundo dos direitos sociais, do desenvolvimento equitativo e da emancipação social são hoje vistas com muito mais realismo. Há certa evidência sobre aquilo que não é provável de se esperar, ou seja, sua inclusão – por expansão tendencial – no mundo do mercado formal dos contratos de trabalho e/ou no da produção de mercadorias para mercados fortemente competitivos.

O desafio de incluir a maior parte da força de trabalho, hoje precariamente albergada nos setores de subsistência rural e da informalidade urbana, clama por um projeto de economia e sociedade que esteja aberto à criatividade dos novos atores sociais. Infelizmente, no entanto, tal população também está sujeita à barbárie das máfias e dos bandos organizados, principalmente no espaço urbano, como de resto estivera sujeita aos bandos formados nos sertões à época da República Velha.

O desafio do desenvolvimento da economia brasileira hoje é também o desafio de inserção econômica do seu setor de subsistência, em condições tais que se eleve sua produtividade – para gerar excedente –, mas que isso se dê sob condições de sua reprodução em bases institucionais distintas da integração capitalista marginal.

Todas essas questões – sociais, econômicas e políticas – colocam desafios intelectuais, que felizmente (ou não), não podem ser resolvidos com recurso aos velhos paradigmas acadêmicos do desenvolvimento do pós-guerra. Este texto pretende apenas isso – colocar o desafio –, mas não tem como respondê-lo nos seus limites temáticos, atuais, até porque trata-se de ensaio preambular de investigação/reflexão a ser perseguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.
- CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. *In*: HOLANDA, Sérgio B. (Org.). **O Brasil monárquico II: declínio e queda do Império**. 5 ed. /Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano**. Estrutura do poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira).
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Record, 2000.
- DELGADO, Guilherme C. **Questão agrária no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Brasília, abr. 2004. (Versão não publicada).
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FAO; INCRA; MDA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: FAO/Incrá, fev. 2000.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 15 ed. São Paulo: Globo, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.
- LEWIS, Arthur W. Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Forense, 1969.
- MAIA, Vera Lúcia G. de Matos. **José Lourenço, o beato camponês da comunidade de Caldeirão**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- MELLOR, John W. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 566-593, set. 1961.
- OLIVEIRA, Francisco de; SÁ JR., Francisco. **Questionando a economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense/Cebrap, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira crítica a razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1975. (Seleções Cebrap, n. 1).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias e proletariado. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano III: sociedade e instituições**. São Paulo: Difel, 1978, caps. 1 e 4.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- THEODORO, Mário L. **As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil**. Rio de Janeiro: abr. 2004. Cortez, (no prelo).

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Iranilde Rego

Revisão

Gisela Viana Avancini

Sarah Ribeiro Pontes

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares